



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS-UACS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

VANISSE ROLIM VIEIRA SILVA

**O MEIO AMBIENTE ENQUANTO TEMA TRANSVERSAL: UMA ANÁLISE DA
CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO 1º SEGMENTO DO ENSINO
FUNDAMENTAL DE CAJAZEIRAS/PB.**

CAJAZEIRAS/PB

2014

VANISSE ROLIM VIEIRA SILVA

**O MEIO AMBIENTE ENQUANTO TEMA TRANSVERSAL: UMA ANÁLISE DA
CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO 1º SEGMENTO DO ENSINO
FUNDAMENTAL DE CAJAZEIRAS/PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras- PB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Me. Aldo Gonçalves de Oliveira

Linha de Pesquisa: Ensino de Geografia

CAJAZEIRAS/PB

2014

VANISSE ROLIM VIEIRA SILVA

**O MEIO AMBIENTE ENQUANTO TEMA TRANSVERSAL: UMA ANÁLISE DA
CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO 1º SEGMENTO DO ENSINO
FUNDAMENTAL DE CAJAZEIRAS/PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras- PB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Aldo Gonçalves de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais

Prof. Dr. Jaqueline Pires Gonçalves Lustosa
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais

Prof. Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais

Dedico a realização desse trabalho ao meu esposo, José Jácson de Oliveira Silva, por toda dedicação que teve comigo durante esses quatro anos de trajetória acadêmica e aos meus filhos João Gabriel e Heloísa por todo carinho, compreensão e elogios. Pra vocês dedico essa vitória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS por ser um pai de infinita bondade e por me proporcionar momentos inesquecíveis como este minha formatura.

Aos meus pais Lúcia e João por me ensinarem o valor que possui a educação e a ser essa pessoa do bem que sou hoje.

Aos meus irmãos, sobrinhos e demais familiares por fazerem parte dessa historia de conquistas estando sempre do meu lado.

Ao meu orientador Me. Aldo de Oliveira pela imensa dedicação a esse trabalho e pelos ensinamentos que vou levar comigo por toda minha vida.

A todos meus colegas de curso em especial: Wellington Pádua, David Abreu e Ana Paula Freire por todo o apoio e incentivos durante toda essa trajetória.

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”

Mahatma Gandhi

RESUMO

O presente trabalho, que tem como eixo orientador temático o meio ambiente no primeiro segmento do Ensino Fundamental e tem como objetivo principal identificar como é feita a abordagem das temáticas ambientais em sala de aula, para que posteriormente possamos refletir sobre as práticas pedagógicas relacionadas a esse tema. A motivação para essa pesquisa surgiu a partir de interesses pessoais, uma vez que exerço a função de Técnica em Meio Ambiente na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente do município de Cajazeiras – PB, tendo uma preocupação especial com as questões relativas a Educação Ambiental escolar, a partir da perspectiva da transversalidade. Tendo em vista concretizar os objetivos propostos, o presente trabalho apresenta um resgate histórico das primeiras atividades desenvolvidas no âmbito da Educação Ambiental no Brasil e no mundo, bem como uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) acerca do seu posicionamento em relação ao trato das temáticas ambientais. A partir dessa compreensão foi realizada uma pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cecília Estolano Meireles, localizado na cidade de Cajazeiras, na qual utilizou-se de questionários, aplicados aos professores de 1º ao 5º ano dessa instituição, com o intuito de compreender como seria a abordagem metodológica e o processo de ensino aprendizagem do Meio Ambiente. Posteriormente é realizada uma análise reflexiva dessas práticas em relação às propostas lançadas pelos PCN.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente. Transversalidade. Ensino de Fundamental.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NUMA PERSPECTIVA TRANSVERSAL: TEMÁTICAS PROPOSTAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.....	11
2.1 Algumas palavras sobre o surgimento da “Questão Ambiental”.....	11
2.2 Sobre a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais.....	15
2.3 O conceito de transversalidade: uma discussão introdutória.....	19
2.4 O Tema Transversal Meio Ambiente: uma análise dos PCN.....	21
3. OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: SOBRE A ABORDAGEM PROPOSTA PARA O MEIO AMBIENTE.....	28
3.1– Uma breve reflexão sobre o PCN de Geografia do 1º Segmento do Ensino Fundamental.....	28
3.2 Uma discussão sobre a noção/conceito de meio ambiente.....	31
3.3 Sobre as propostas para avaliação da aprendizagem no primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental.....	36
4. SOBRE A CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE DOS PROFESSORES DO 1º SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE CAJAZEIRAS – PB.....	38
4.1 – Sobre o universo de pesquisa: algumas palavras.....	38
4.2 Uma análise da percepção de Meio Ambiente dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cecília Estolano Meireles.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE.....	52

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma análise a cerca da abordagem do tema transversal meio ambiente no ensino fundamental I, a ser analisado na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cecília Estolano Meireles, situada na Rua Raimundo Leite Rolim na cidade de Cajazeiras- PB. O mesmo decorre da necessidade de contribuir para a construção do aluno cidadão crítico e melhorar a qualidade do desempenho profissional docente. Pois durante toda minha formação acadêmica me preocupei com as questões ambientais e de como as pessoas olham para elas.

Levando em consideração a enorme importância e a relevância que essa questão possui para o bem estar social e para o meio ambiente, é necessário abordar de forma coerente para obter-se bons resultados frente ao processo educacional. Cabe a nós essa responsabilidade: o futuro de toda uma nação. Com isso desejamos aqui que este material venha a contribuir de alguma forma para uma nova formação destes indivíduos, desenvolvendo assim uma nova atitude voltada ao ensino.

Para tal, buscando atingir os objetivos aqui propostos, a metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi feita a priori por uma pesquisa bibliográfica, sendo esta obtida em livros, artigos, dissertações e consultas na internet. Toda bibliografia foi trabalhada por meio de fichamentos, que serviram de apoio durante toda a realização do trabalho. Recorremos a obras de vários autores entre eles: Dias (2004), Pontuska(2007), Cortella(2010), Carvalho (2012), entre outros.

Considerando as questões aqui colocadas e as discussões teóricas realizadas sobre o tema, viu-se a necessidade de realizar uma pesquisa de campo na citada escola, na qual aplicamos questionários com os sujeitos envolvidos, buscando investigar a realidade e as questões que envolvem tal temática na prática escolar. Para, assim compreendermos de fato a representação que esse tema apresenta na percepção de cada profissional, bem como na formação escolar dos alunos.

Pensando numa melhor análise do tema, e tendo em vista sempre sua relação com a prática este trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo é referente a introdução, o segundo capítulo apresenta um resgate histórico dos fatos ocorridos em função da temática ambiental, as primeiras conferências e as contribuições que resultaram de cada uma delas; o terceiro capítulo mostra as contribuições dos PCN para a educação brasileira, sua metodologia, princípios e finalidades. No quarto e ultimo capitulo, é demonstrado como de

fato é trabalhada os temas transversais em meio ambiente, através de uma pesquisa de campo desenvolvida na escola anteriormente citada, bem como os dados obtidos através dela.

2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NUMA PERSPECTIVA TRANSVERSAL: TEMÁTICAS PROPOSTAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Nesse capítulo será feito um resgate histórico dos principais fatos ocorridos frente à Educação Ambiental no Brasil e no mundo, bem como apresentar suas principais características e influências nos modelos adotados atualmente. Evidenciando sempre a importância que cada um deles teve em relação à natureza e seus recursos naturais, a fim de garantir a nossa existência e a melhoria na qualidade de vida de todos os seres vivos.

Assim situando o leitor no âmbito dessa análise, para que o mesmo conheça o ponto de partida que travou essa discussão vista até os dias de hoje da Educação Ambiental na escola pública brasileira.

2.1 Algumas palavras sobre o surgimento da “Questão Ambiental”

Durante muito tempo a humanidade utilizou os recursos disponíveis na natureza de forma desordenada, não planejada e exploratória, seja para sua alimentação, proteção, procriação, ou até mesmo para acumulação, venda e troca dos bens naturais. Este cenário permaneceu assim por muitos anos, e perdura até os dias de hoje, isto ocasionou um declínio significativo na quantidade na qualidade dos recursos disponíveis no Planeta Terra e, em alguns casos, exaurindo os mesmos. Esse quadro é em parte explicável em função das sociedades não respeitarem o tempo necessário para a reprodução das espécies, as condições favoráveis para seu desenvolvimento, a ligação existente entre diversos ecossistemas e acima de tudo o equilíbrio existente entre eles.

Essa postura fez com que as sociedades capitalistas desenvolvessem um olhar para a natureza apenas enquanto recurso, considerando que a qualidade de vida e até mesmo a existência da raça humana na Terra está diretamente ligada à disponibilidade dos recursos naturais. Nesse sentido construíram-se algumas discussões entre grupos que defendiam um olhar diferenciado para a Natureza, muito mais ligado a busca de um equilíbrio entre a necessidade de bens naturais, com a preservação das fontes de manutenção da vida. Entende-se dessa forma que é imprescindível que haja um controle sobre sua utilização, um planejamento de estratégias que visem à proteção e recuperação de áreas afetadas e um conhecimento mais específico e aprofundado a cerca da dinâmica desses espaços.

Nessa perspectiva, essas sociedades passam a definir a criação de novas regras e leis que assegurem a existência e manutenção da vida de um modo geral na superfície terrestre. O principal espaço em que essas regras e legislações foram pensadas se configurou nas conferências ambientais mundiais, e em muitos outros eventos que buscaram refletir a necessidade de repensar a situação da Natureza no Planeta, tendo em vista garantir a nossa sobrevivência e das gerações futuras.

O primeiro desses eventos voltado ao tema aconteceu na década de 1970 e foi organizado pela Organização das Nações Unidas – ONU que abordou temas como a educação ambiental e a preservação do meio ambiente. Logo em seguida foi realizada a primeira Conferência Sobre Meio Ambiente em Estocolmo(1972), que contou com a presença de mais de 100 países, nessa ocasião foram debatidos, denunciados e alertados diversos casos de devastação, poluição e degradação ambiental, assim como, conscientização, medidas e mudanças necessárias para reverter os casos mais extremos. Desse encontro resultou a Declaração Sobre o Meio ambiente Humano e o Plano de Ação Mundial.

Essa reflexão inicial aconteceu após o lançamento do livro *Primavera Silenciosa*, escrito pela jornalista Rachel Carson, que relatava a perda na qualidade de vida, desequilíbrio ambiental e destruição da biodiversidade, essa obra chocou a população a partir dos problemas relatados, o que gerou um desconforto mundial em relação à questão ambiental e inquietações na comunidade científica internacional. Constituiu - se, desde então uma discussão aos abusos do uso da Natureza causados pelas formas mais modernas de exploração, desenvolvidas pelo avanço tecnológico. Uma parte da comunidade científica passa a cobrar providências das nações com maior desenvolvimento econômico, no sentido de reverter o processo a partir de um novo modelo de produção. Nas palavras de Dias (1998 p.21):

[...] ferramentados pelo livro de Rachel Carson, os movimentos ambientais mundiais cresceram, alimentados pela crescente e notória queda de qualidade ambiental produzida pela ganância dos lucros a qualquer custo, através da exploração predatória dos recursos naturais.

Esse livro é até hoje uma referência de quanto poder destrutivo o ser humano detém sobre si e seu próprio habitat, capaz de causar danos as mais variadas escalas, dos mais variados ecossistemas em todo o mundo. Gerando uma busca de alternativas para modificar a concepção das sociedades modernas acerca do modelo de desenvolvimento econômico em

voga, tendo se configurado a necessidade de uma nova educação da sociedade em relação ao uso dos bens naturais.

Nesse sentido, a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 na Suécia, foi considerada o “pontapé” inicial para o desenvolvimento da Educação Ambiental no mundo inteiro, ressaltando a necessidade do homem reavaliar e reordenar suas atitudes perante a natureza. Daí em diante foram realizados novos eventos e conferências sob a mesma ótica, de reorganizar as práticas exploratórias da Natureza, a exemplo da conferência de Tbilisi, na Grécia, que teve como produto ideológico resultante: “A Declaração sobre Educação Ambiental”, documento técnico que continha finalidades, princípios, objetivos pesquisas, estratégias, informações, métodos e dados; o que tornou-a um marco histórico na disseminação da Educação Ambiental.

Vários países adotaram as recomendações de Tbilisi (como ficou conhecida), principalmente o Brasil que pertencia ao grupo de países subdesenvolvidos que sofriam com a cruel realidade socioeconômica presente, vivia uma fase que dispunha de grande oferta de recursos naturais e humanas, com concentração de riqueza sob o domínio de poucos, lucros demasiados entre outros, gerando assim disparidades sociais que perduram até hoje.

Mesmo assim, na particularidade brasileira, alguns objetivos foram alcançados devido ao empenho de alguns órgãos estaduais de meio ambiente. Surgiu então posteriormente a discussão do Projeto de Lei 253/91 que previa a criação de uma nova disciplina curricular a Educação Ambiental, que não foi sancionado por ser considerado que não apresentava sintonia com as tendências da educação mundial, sendo facilmente confundida com as disciplinas Ciências Biológica e Ecologia. Além de exigir formação acadêmica específica em Educação Ambiental, o que de fato não existe até hoje.

A Educação Ambiental no decorrer do tempo recebeu diversas definições ao longo de sua trajetória, cada uma possui um enfoque diferente dependendo da relação existente em cada área do conhecimento (político, tecnológico, científico, cultural), mas sempre vinculada ao conceito de meio ambiente. Nesse sentido, Dias (1998 p.26), afirma que:

Na conferência de Tbilisi, a Educação Ambiental foi definida com uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. Essa definição é válida até hoje.

O que deixa bem claro a importância da participação unificada das diversas áreas do conhecimento, a fim de buscar a resolução dos problemas ambientais que é de responsabilidade coletiva. Evidenciando que a responsabilidade pelo bem estar social e da natureza é um dever de todos, que cada um deve dar sua contribuição para a melhoria, proteção e recuperação dos recursos naturais.

Já em 1990 o Brasil participou da Conferência Mundial da Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, que resultou em medidas que visavam à ampliação das oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos. A partir dessa conferência o Brasil criou o Plano Decenal de Educação, que apontava a obrigação do Estado em elaborar parâmetros claros no campo educacional, a fim de orientar as ações educacionais, em busca da melhoria no ensino das escolas brasileiras.

Seguindo essa tendência da necessidade de discussão das questões ambientais na Escola, foi realizado em julho de 1992 no Brasil, em Jacarepaguá – RJ, um Workshop sobre a Educação Ambiental. Nessa ocasião, diversos profissionais aprovaram um documento que dirige a cada Estado a responsabilidade em desenvolver o ensino desta temática e promover a conscientização pública acerca dos problemas ambientais ocorridos em cada região particularmente, contavam também com a participação de ONG's, formadas pela sociedade que efetivaram a Educação Ambiental em diversas modalidades. Esse documento estabeleceu princípios indispensáveis à educação de forma interdisciplinar, sustentável, solidário, coletivo e diversificado, enfatizando medidas voltadas a conservação, proteção, recuperação e melhoria na qualidade da vida da população.

Logo após foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro em 1992 (RIO-92), que foi a mais importante conferência realizada pela ONU em todos os tempos. Dela resultou o documento conhecido como Agenda 21, que foi assinado por 179 países, inclusive o Brasil. Nele estão contidas propostas que visam o desenvolvimento sustentável, dando continuidade ao desenvolvimento sem destruir o meio ambiente e promovendo a justiça e a igualdade.

Seguindo essa sequência aconteceu a conferência Rio+10 em 2002 e mais recentemente, em 2012, o Brasil promoveu mais uma conferência da ONU, a RIO + 20 no Rio de Janeiro, que contou com a participação de quase 200 países e recebeu esse nome para homenagear a realização da RIO-92, já citada. Teve como finalidade promover debates e reafirmar os compromissos estabelecidos anteriormente frente à preservação do meio ambiente. Nela também foi estabelecido um conjunto de metas que devem ser alcançadas nos próximos 20 anos, para assegurar a qualidade de vida às gerações futuras. Essa conferência

contou com o apoio de diversos países e entidades comprometidas com o futuro da humanidade, assinam termos de compromisso com a manutenção da vida das mais variadas espécies existentes, medidas adequadas de descarte de resíduos sólidos, quantidades toleráveis de emissão de gases poluentes e etc.

Buscando desenvolver a educação no Brasil, criando eixos para a nortear o processo educacional, o governo federal cria em 1997 uma ferramenta para facilitar seu desempenho, essa abordagem são os PCN' (Parâmetros Curriculares Nacionais), que servem de referência, guia e modelo para o desenvolvimento das atividades docente.

O mesmo busca desenvolver propostas educacionais dos conteúdos disciplinares a serem estudados, na qual acreditam ser possível de se adequar a realidade do local de trabalho e que para o Estado tem como função nortear, orientar e garantir a coerência no ensino e na aprendizagem. Diante das questões ambientais, demonstra a necessidade de abordar temas locais, temas esses que os alunos mantêm um maior convívio a fim de despertar um novo olhar frente a esses assuntos trabalhados, para, posteriormente, elevar o nível de compreensão por parte deles, trabalhando temas de maior complexidade.

2.2 Sobre a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN) constituem-se num conjunto de referenciais, para organização dos currículos da Educação Básica do Brasil. Visam estabelecer um padrão de qualidade para a educação do país, no qual acreditam que por se manter flexível, permite que as diferentes realidades educacionais do Brasil adequem suas propostas de ensino ao modelo de educação proposto pelo documento, conforme texto presente no documento de Introdução aos Parâmetros.

O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referência, a partir do quais o sistema educacional do País se organize a fim de garantir que, respeitadas as diversificações culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios de democracia. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes (BRASIL, 1997, p.13).

Dessa forma os PCN defendem uma forma de educação única, acreditando que assim se mantêm uma qualidade do ensino, alegando que tais propostas respeitam as diferenças existentes no âmbito educacional, sejam elas culturais, religiosas, políticas, ou outras. Mas um país tão cheio de contrastes como o Brasil, será que uma educação voltada em uma única vertente é possível para todas as realidades?

Podemos observar que os PCN estão baseados numa forma de educação única, que mantêm sua essência em um único referencial, ou seja, na realidade do Centro Sul de nosso país, pelo simples fato de concentrar seus idealizadores. Sabemos que num país tão grande como o Brasil, com tantas diferenças, tentar homogeneizar a educação é uma missão muito ousada para se conseguir. Daí surgem diversos questionamentos: não seria melhor que houvesse participação dos professores de várias regiões na criação dos PCN? Ou se os mesmos possam escolher se adotam ou não esse parâmetro? Se concordam ou discordam da proposta? Na perspectiva de Carlos e Oliveira (1999), as possíveis respostas aos questionamentos que envolvem a elaboração dos PCN, não podem ser construídas apenas a luz desses elementos e sim através de algo valioso que esteve ausente durante todo o processo de criação destes documentos: o debate.

Ainda segundo o documento cabe ao professor por sua vez possui a responsabilidade de analisar o desempenho dos seus alunos, observar suas dificuldades, planejar e direcionar suas aulas de acordo com as necessidades encontradas no dia-a-dia. Individualizar cada aluno frente aos assuntos trabalhados, providenciar medidas que visem a melhoria no ensino-aprendizagem, isso além de refletir sobre suas práticas pedagógicas e seu desempenho profissional.

Mas refletindo sobre a realidade do ensino brasileiro, que em muitos lugares é precário, devido à falta de recursos, de infraestrutura, de professores, docentes com altas cargas horárias, que impossibilitam um bom planejamento de aulas, má formação de professores, entre outros fatores, faz suscitar outras questões: Será que com todos esses problemas o professor está preparado para desempenhar esse trabalho pedagógico proposto? E que condições de trabalho, em geral, o Estado oferece para que o docente tenha condições e capacidade de realizar o que está nos PCN? Ficam aí as indagações.

Aliado aos interesses expostos pelos PCN, que têm em vista oferecer qualidade à formação escolar, exercício da cidadania, acesso igualitário, domínio da língua falada e escrita, participação ativa da vida em sociedade, garantindo assim, a formação do cidadão crítico, autônomo, participativo, atuante, que conhece seus direitos e deveres e que luta por melhorias na qualidade de vida na sociedade em que vive, fazendo jus à democracia (PCN,

1998). E é essa a aprendizagem que nossos alunos precisam, a que vai além dos muros da escola, a que prepara para a vida, a que torna capaz o desenvolvimento de seres repletos de dignidade, competência e responsabilidade.

A organização dos PCN para organização da educação no Brasil ocorria em função da sua defasagem teórica em relação às propostas educacionais preconizadas pelo processo de globalização. Isso porque até dezembro de 1996, o Ensino Fundamental esteve estruturado apenas nos termos previstos pela Lei Federal n. 5692, de 11 de agosto de 1971. Que definia apenas o ensino do Primeiro Grau (Ensino Fundamental) como sendo obrigatório.

Somente com a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, é consolidada a responsabilidade do poder público para a educação em geral, principalmente para o Ensino Fundamental. Essa lei ficou amplamente conhecida como LDB, ela estabelece áreas curriculares do conhecimento adequado obrigatórias a exemplo da língua portuguesa, matemática e Arte. Com enfoque maior na formação básica para a cidadania.

A LDB motivou o processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, realizada pela Fundação Carlos Chagas, que analisou as propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros. Contou com a participação de professores, técnicos de educação, especialistas no assunto e instituições de diferentes áreas do conhecimento, em diversos encontros regionais organizados pelas delegacias do MEC. Desses encontros resultaram diversos pareceres que serviram de referência para elaboração do documento.

Isso com o intuito de indicar as formas e possibilidades da aplicação da lei, ficando a utilização do dia-a-dia, oferecendo subsídios favoráveis à sua execução, seu conhecimento e sua finalidade pelo qual foi criada. E os PCN são uma forma de lhe tirar do papel e fazer valer o direito de todos. A LDB busca assegurar o direito a educação e os PCN procura nortear o processo educacional.

Com o intuito de levar para sala de aula temas que se fazem pertinentes para a educação e para a sociedade em geral, os PCN aponta o desenvolvimento de uma nova forma de abordagem do conhecimento escolar: a transversalidade que são questões de apresentação ampla e plural, que está presente nos diversos campos do conhecimento. O texto de apresentação dos temas transversais coloca que:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais incorporam essa tendência e a incluem no currículo de forma a compor um conjunto articulado e aberto a novos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas

convencionais. O currículo ganha flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos. (BRASIL, 1997 p.25).

Isso significa que os temas transversais podem e devem ser abordados por disciplinas diferentes, cada uma com um olhar direcionado à sua área, proporcionando aos alunos uma compreensão mais aprofundada sobre o mesmo. Enfocando temas pertinentes e específicos de cada localidade para permitir a melhor compreensão do alunado para que posteriormente se situem em temáticas de abrangência maior e mais distante, partindo do local para o global.

Todas as áreas do conhecimento existentes contribuem para um ensino de qualidade, norteiam, aprofundam e servem de auxílio para a realização de uma boa aula e conseqüentemente para uma aprendizagem sólida. Elas permitem que o aluno vá além do que lhe é exposto, pois o conhecimento não é dado pronto e acabado em somente uma área, ele é construído e vivenciado diariamente pelo aluno. Em cada disciplina e em cada situação o aluno torna sua aprendizagem mais efetiva e satisfatória.

No Primeiro Segmento do Ensino Fundamental, que estamos discutindo nesse trabalho, o profissional deve trabalhar esses temas de acordo com o nível da turma e sua faixa etária, respeitando sempre suas particularidades. Nessa fase é recomendado que trate de questões que interferem na vida de seus alunos, assuntos que são vivenciados diretamente por eles. As temáticas sociais que os cercam devem ser o ponto de partida, para ir aos poucos incorporando novas e assim por diante, obedecendo o ritmo de compreensão dos alunos.

Muitas vezes é preciso trabalhar em sala de aula temas que estão presentes no cotidiano do aluno, como: o uso de drogas, violência no trânsito, poluição, etc., com o intuito de alertar, diminuir, evitar e preservar a vida de modo geral, conscientizando crianças e jovens, com a finalidade de mudar realidades adversas. Pois a escola tem o seu papel significativo perante a sociedade que é a de formar cidadãos. Nesse ponto, os temas transversais, desde que bem trabalhados, permitem isso. Nela não se deve aprender somente cálculos, regras, normas, textos, mas sim como exercer a cidadania.

A Educação Ambiental não possui uma disciplina específica no currículo escolar e por isso deve permear as diferentes áreas do conhecimento para uma melhor compreensão. Os estudos desenvolvidos a partir de seus temas devem se iniciar desde a primeira fase escolar, devido suas urgentes necessidades de conscientização, pois as crianças nessa faixa etária já têm condições de compreender o bom funcionamento da natureza. Essa que faz parte da sua vida desde que nasceu o meio ambiente em sua volta.

Desde o nascimento a criança vivencia, utiliza e experimenta diversos recursos disponíveis na natureza, desde o ar que enche seus pulmões, a água que mata sua sede, o alimento cultivado no solo, o sol que aquece e ilumina seus dias, entre outros. Por isso ela tem capacidade de compreender o que devemos fazer para garantir nossa existência. Nosso comportamento com a natureza, a utilização adequada dos seus recursos, o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas e também os problemas gerados pelo homem a exemplo da poluição, desmatamento, extinção, contaminação. Com o objetivo de formar cidadãos conscientes da realidade que os cerca, capazes de provocar mudanças que contribuam para preservação, prevenção e recuperação do meio ambiente. Destacamos, nesse sentido, a necessidade da abordagem transversal das temáticas relativas ao meio ambiente, elementos que discutiremos a seguir.

2.3 O conceito de transversalidade: uma discussão introdutória

Transversalidade são temáticas que perpassam as diferentes áreas do conhecimento, não se restringe a uma disciplina específica, mas baseia-se na abordagem metodológica de cada uma delas para melhor compreensão das temáticas em discussão. Geralmente, os temas transversais são ético-político-sociais, que têm como objetivo proporcionar um conhecimento e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida.

Os temas transversais são também interpretados por vários autores como pontes entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento acadêmico, estabelecendo articulação entre ambos. Esses temas procuram desvendar a complexidade dessa relação. Pode igualmente, de acordo com o MEC, transforma-se em um aliado na aproximação aos temas significativos do mundo atual, mais próximos da realidade vivida e percebida pelos alunos. (PONTUSCHKA et. al., 2009, p.127)

As autoras ressaltam a importância de trabalhar os temas transversais confrontando com a realidade do aluno, investigando o senso comum frente ao conhecimento científico e assim, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais prazeroso e eficaz. Pois os alunos devem ser mantidos de forma ativa no processo de construção do saber, para que se sintam capazes e incentivados a descobrir e a aprender.

Assumindo esse modelo de ensino o educador supera o sistema tradicional de ensino, rompe barreiras existentes entre eles e os alunos, estimulando a criatividade e a capacidade dos

discentes, além de perder o estigma de detentor de conhecimentos que muitas vezes frustra a curiosidade e os anseios do educando.

Dessa forma, os educandos não são mais vistos como folhas em branco que vão sendo “escritas” durante a vida escolar, meros espectadores do autoritário show da “verdade” única e incontestável, e passam a exercer domínio em sua aprendizagem, se motivando cada vez mais em compreender novos assuntos que estão além dos muros da escola.

Por sua vez os temas transversais se tornaram aliados para uma aula inovadora, diferente e criativa, que contam com a participação efetiva de professores e alunos, tornando o ensino-aprendizagem satisfatório e de qualidade. E para que isso aconteça, faz-se necessário um planejamento que trace as medidas, métodos e os objetivos a serem alcançados no decorrer da aula. Respeitando os temas transversais introduzidos no currículo educacional do nosso País.

Esse modelo curricular vigente aqui no Brasil foi criado a partir do modelo curricular nacional da Espanha que tinha como objetivo solucionar problemáticas sócias, ambientais e outros conteúdos valorativos para serem discutidos em sala de aula. Comprova-se isto nas palavras de Pontuschka, et. al. (2009, p.131):

O modelo de currículo nacional estabelecido pelo Ministério da Educação e Cultura da Espanha foi adotado na reforma curricular do ensino brasileiro em 1996, embora sua inserção aqui tenha sido muito diferente da dinâmica de produção lá verificada, sobretudo no que concerne à participação dos educadores no processo de construção desse modelo.

Essas propostas se tornam importante, pois proporciona aos alunos um conhecimento mais aprofundado sobre esses assuntos, que muitas vezes não são incluídos nos livros didáticos, mas que se mantêm sempre ao redor dos nossos alunos. E por isso é preciso que os mesmos saibam lidar com eles no cotidiano e que os professores tenham meios e condições para desenvolver estas propostas em sala de aula.

Sobre os temas transversais, Pontuschka, et. al. (2009, p 127) aponta que:

Os temas transversais introduzidos na Espanha foram selecionados com base nas problemáticas sociais e ambientais, que abriam caminho para o tratamento de valores e de conteúdos em si mesmos valorativos. Segundo um grupo de educadores espanhóis, educar na transversalidade implica mudar a perspectiva do currículo escolar, indo além da complementação das áreas disciplinares e chegando mesmo a remover as bases da instituição escolar remanescentes do século XIX. Tal pratica estimula a reflexão sobre a potencialidade educativa dos temas transversais ao abordar conteúdos

referentes a saúde, ao consumo, ao meio ambiente, a sexualidade e a convivência, os quais, sendo familiares aos professores, nunca foram conteúdos curriculares integrantes das disciplinas ou das áreas clássicas do saber e da cultura.

No Brasil esses temas foram introduzidos na comunidade docente por meio dos PCN, respeitando alguns critérios como: urgência social, inclusão e abrangência nacional. A partir disso foram selecionados os seguintes temas: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo, Orientação Sexual e Temas Locais.

A disciplina de Geografia, por sua vez, pode e deve abordar os temas transversais sobre a temática Meio Ambiente, tendo em vista que a geografia tem como um das suas áreas de estudo o meio ambiente, nisso ela tem condições de exercer domínio e clareza para aprofundar o conhecimento sobre os acontecimentos ocorridos nesse âmbito proporcionando, assim, aos alunos maior rendimento na aprendizagem.

O professor de Geografia deve se manter atualizado frente às mudanças ocorridas nesses assuntos, diante da realidade em que estamos vivendo: aumento nos níveis de poluição do ar, da água, do solo, extinção de espécies de nossa fauna e flora, aumento da extração dos recursos naturais e do consumo, escassez da água, maior produção de lixo nos últimos tempos, entre outros. Para que haja maior conhecimento e conseqüentemente consciência sobre economia, preservação, recuperação e redução desses impactos na natureza a fim de garantirmos as condições necessárias para manutenção da nossa vida e das gerações futuras.

2.4 O Tema Transversal Meio Ambiente: uma análise dos PCN

Devida a necessidade de formar cidadãos críticos e conscientes sobre a real situação do meio ambiente, os temas transversais se tornam uma ferramenta indispensável para discutir esses assuntos. Neles são abordados temas relativos à proteção, preservação, recuperação, funcionamento, composição, equilíbrio, recursos renováveis e não renováveis, poluição, e etc. Para que posteriormente possamos alcançar as metas de construir um mundo melhor, onde as pessoas que nele vivem possuam uma verdadeira educação ambiental.

Isso permite que o aluno se situe sobre essas questões, que adquira postura consciente a cerca dos assuntos e que participe efetivamente das medidas cabíveis para melhoria da qualidade de vida. Compreendendo as mudanças ocorridas nas sociedades nos últimos anos como: o crescimento urbano e suas conseqüências, o aumento da produção e consumo, a

exploração dos recursos naturais, o avanço da tecnologia, entre outros, o aluno possa agir de forma consciente e responsável diante delas, a fim de garantir um melhor planejamento sobre suas ações. O tema transversal de meio ambiente permite que juntos, professor e aluno, possam conhecer, discutir e refletir sobre questões relativas ao tema, construindo cada vez mais um conhecimento sólido e eficaz diante da educação.

Essa preocupação teve início no final do século passado, com o surgimento da ecologia, área do conhecimento voltada às questões do meio ambiente que já apontava medidas voltadas à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente e que somente mais tarde, na década de 70, vem ao conhecimento do grande público. Devido principalmente ao fato de um possível esgotamento dos recursos naturais após a Segunda Guerra Mundial, onde intensificou de forma assustadora a exploração e a utilização desses recursos, devido ao aumento de consumo das sociedades. Nesse sentido:

[...] a questão ambiental representa quase uma síntese dos impasses que o atual modelo de civilização acarreta. Consideram que aquilo a que se assiste, no final do século XX, não é só uma crise ambiental, mas uma crise civilizatória. E que a superação dos problemas exigirá mudanças profundas na concepção de mundo, de natureza, de poder, de bem-estar, tendo por base novos valores individuais e sociais. Faz parte dessa nova visão de mundo a percepção de que o homem não é o centro da natureza. (BRASIL, 1998d, p. 20).

Diante desse quadro surgem diversas medidas de preservação do meio ambiente, medidas profiláticas, alternativas sustentáveis, atividades ecológicas e a busca da conscientização ambiental no mundo inteiro. Pois muitas das atitudes voltadas à natureza podem ter um impacto local num primeiro momento e posteriormente pode vir afetar outras regiões e até mesmo outros países. É o que acontece com a contaminação causada por um desastre em uma usina nuclear que pode ser levada pela água, pelos ventos e através de alimentos para lugares muito distantes de suas fronteiras, como foi o exemplo da Usina de Fukushima, no Japão.

Nesse contexto fica evidente a adoção de medidas de preservação de alcance mundial, que visem promover a educação ambiental de forma global para garantir a manutenção da vida de forma geral na superfície do planeta Terra. Gerando seres humanos responsáveis por suas atitudes e conscientes sobre suas consequências. Essa consciência ambiental se inicia desde os primeiros anos de vida da criança, desde o momento que ela vê e ajuda sua mãe ou familiares a regar uma simples plantinha no vaso, ou colher um fruto no jardim, cuidar e amar

os animais de estimação, economizar água e energia, são situações diárias e corriqueiras que estão intimamente ligadas à postura cidadã que mais tarde essa criança vai desenvolver.

E por que não trabalharmos estas questões já nos primeiros anos da vida escolar? Abordando temas relacionados ao dia-a-dia das crianças, que são específicos de sua localidade ou região, fornecendo o conhecimento adequado sobre o assunto, respeitando sempre seu nível de compreensão ou até mesmo de maturidade, para que possa construir um conhecimento coerente e satisfatório para a formação do cidadão.

Os PCN apontam propostas que podem nortear o professor nesse aspecto, eles fornecem bases e métodos para se aplicar em sala de aula. O PCN transversal de meio ambiente serve de base, de orientação para o educador, mostra a necessidade de abordar questões ambientais em sala de aula, orienta os procedimentos adequados para cada nível escolar e por fim elenquei-a os termos mais relevantes a cerca dessa temática.

No Brasil, desde a Conferência Internacional Rio/92, reconhece a importância que a educação possui diante da construção de um mundo mais justo e ecologicamente correto, onde vivem pessoas que colaboram com esse fim, que através da educação contribuem para mudança da mentalidade, novos pontos de vista e de postura, frente à sociedade em que vivem.

[...] todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre o tema evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para tanto. A Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi estabeleceu princípios que constam deste documento, no item “Orientação didática geral”. (BRASIL, 1998c, p. 22).

Por isso, particularmente falando, o Brasil precisa formar suas crianças, futuros governantes, fazendeiros, representantes do povo, etc., seres humanos responsáveis, cidadãos críticos, pessoas conscientes. Formando assim pessoas capazes de intervirem na realidade das questões ambientais, contribuindo assim para preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, fica evidente a importância de se educar os futuros cidadãos brasileiros para que, como empreendedores, venham a agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; como participantes do governo ou da sociedade civil, saibam cumprir suas obrigações, exigir e respeitar os direitos próprios

e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e, como pessoas, encontrem acolhida para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social. (BRASIL, 1998d, p. 23)

Sabemos que não é tarefa fácil alcançar esses objetivos, sabemos também que existe um jogo de interesses político/financeiro por trás de muitas atividades desenvolvidas na natureza e que quase sempre o “mais forte vence”, pessoas com forte influência, vistos constantemente na mídia. Cortella (2010, página, 193), afirma que:

É preciso observar um fenômeno que explodiu nos últimos 20 anos: uma criança dos centros urbanos, a partir dos 2 anos de idade, assistem em média, três horas diárias de televisão, o que resulta em mais de 1000 horas como espectadora durante um ano (em contar as outras mídias eletrônicas como rádio, cinema e computador), ao chegar aos sete anos, idade escolar obrigatória, ela já assistiu mais de 5000 horas de programação televisiva. Vamos enfatizar: uma criança, no dia em que entrar no Ensino Fundamental, pisará na escola já tendo sido espectadora de mais de cinco mil horas de televisão!

Diante desse fato, faz-se necessário que o professor utilize os mais variados recursos didáticos para despertar o interesse dos alunos, na era da tecnologia atualmente vivenciada e trabalhe com os alunos os pontos negativos que a mídia de maneira geral apresenta: consumismo exagerado, ditadura de padrões da sociedade, acumulação de bens, exploração da natureza, entre outros. Atitudes que influenciam diretamente o bem estar social e da natureza.

Rotineiramente somos induzidos ao consumo exagerado, seja por meio da TV, rádio, Internet ou em bancas de revistas e jornais, etc. Elas bombardeiam informações que favorecem o aumento do consumo, conseqüentemente da exploração, que gera a produção em massa, que por sua vez não respeita o tempo da natureza e atinge sua extinção, e até mesmo as chances de uma recuperação a longo prazo.

Nem por isso podemos deixar essa situação prevalecer, devemos sempre acreditar que, se cada um fizer sua parte, podemos mudar esse quadro.

É importante que o professor trabalhe com o objetivo de desenvolver, nos alunos, uma postura crítica diante da realidade, de informações e valores veiculados pela mídia e daqueles trazidos de casa. Para tanto, o professor precisa conhecer o assunto e, em geral, buscar junto com seus alunos mais informações em publicações ou com especialistas. Tal atitude representará maturidade de sua parte: temas da atualidade, em contínuo desenvolvimento, exigem uma permanente atualização; e fazê-lo junto com os alunos

representa excelente ocasião de, simultaneamente e pela prática, desenvolver procedimentos elementares de pesquisa e sistematização da informação, medidas, considerações quantitativas, apresentação e discussão de resultados, etc. (BRASIL, 1998d, p. 25).

Dessa forma, o professor desperta a postura crítica do aluno frente aos assuntos que fazem parte da sociedade, permitindo que ele próprio tire conclusões a cerca do que está sendo exposto. Passando a compreender cada parte do sistema como um todo. O educador pode fazer com que a criança monte um quebra-cabeça, estude em cada peça, relacionando-a com as outras, a fim de montar e entender o todo.

Essa é a estrutura e a base de se trabalhar um tema transversal em sala de aula, é preciso trabalhar em partes, com o auxílio das várias áreas do conhecimento, cada uma com sua contribuição específica para a melhoria da qualidade do ensino e para um aumento no nível de compreensão dos alunos, proporcionando um conhecimento mais adequado, rico e consistente para posteriormente obtermos uma aprendizagem mais sólida e eficaz.

Dentro dessa conjuntura o meio ambiente ainda não foi conceituado de forma rígida e definitiva, pois cada autor possui um olhar diferente ao defini-lo, variando conforme a área do conhecimento. Na legislação brasileira, por intermédio da Lei nº 6.938/81, Art. 3º, o meio ambiente está definido como “o conjunto de condições, leis, influencias e interações de ordem física, química e biológica, que permite e rege a vida em todas suas formas.” (BRASIL, 1981).

Muitos estudiosos da área ambiental consideram a ideia e a intensão de ser trabalhado, respeitando a representação social que o termo possui, levando sempre em consideração o tempo, as modificações, bem como as influências ocorridas. Evidenciando a representação social de forma dinâmica, com rápida evolução e passíveis de mudanças constantemente.

De fato, quando se trata de decidir e agir com relação à qualidade de vida das pessoas, é fundamental trabalhar a partir da visão que cada grupo social tem do significado do termo “meio ambiente” e, principalmente, de como cada grupo percebe o seu ambiente e os ambientes mais abrangentes em que está inserido. São fundamentais, na formação de opiniões e no estabelecimento de atitudes individuais, as representações coletivas dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem. E essas representações sociais são dinâmicas, evoluindo rapidamente. Daí a importância de se identificar qual representação social cada parcela da sociedade tem do meio ambiente, para se trabalhar tanto com os alunos como nas relações escola-comunidade (BRASIL, 1998d, p.21).

Por isso, ao trabalhar o conceito de meio ambiente deve se adequar ao significado e representações que o termo possui para aquele grupo social específico. Para facilitar o estudo sobre o assunto o professor pode identificar elementos que o compõe e fazer uma conexão com o meio em que seu aluno vive. Partindo dos sistemas que compõe o meio ambiente, evidenciando cada função, importância, comportamento que exercem num conjunto maior em sua totalidade. Dos mais simples para os mais complexos, facilitando a compreensão por parte dos alunos e conseqüentemente sua aprendizagem de forma efetiva.

Podendo ser trabalhado facilmente em sala de aula, planejando cada ação de acordo com a compreensão que apresenta cada faixa etária. Pois o Brasil possui uma vasta gama de recursos naturais importantes para o mundo inteiro, a exemplo dos mananciais, cerrados, restingas e florestas. Deixando bem claro a necessidade de conhecer cada um deles, bem como sua manutenção, preservação e utilização de forma consciente e equilibrada.

Nesse contexto, fica evidente a importância de se educar os futuros cidadãos brasileiros para que, como empreendedores, venham a agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; como participantes do governo ou da sociedade civil, saibam cumprir suas obrigações, exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e, como pessoas, encontrem acolhida para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social. (BRASIL, 1998c, p.23)

De fato é preciso urgentemente levar esse conhecimento para os nossos alunos, hoje crianças, mas que amanhã serão os adultos responsáveis pela relação com a natureza e pela educação das crianças que ainda nascerão. Cabe a todos educá-los, inclusive os professores para que dessa ação resultem bons frutos.

A Ciência Geográfica permite essa formação, esse transmissão de conhecimentos, geração de pessoas conscientes de suas atitudes com o meio ambiente, a fim de garantir um futuro mais justo e mais saudável, para que possamos viver com qualidade e garantir a existência de gerações futuras.

A sociedade e a família também são responsáveis pela formação cidadã juntamente com a escola. Sua participação é fundamental e indispensável na conquista de um bem comum que é a Educação Ambiental. As crianças tendem a seguir os modelos vistos em casa e os pais são necessariamente suas referências, é através deles que elas vão criando sua personalidade e também seus valores por isso que é de fundamental importância a participação na formação da consciência ambiental, pois a partir desses exemplos diários que

se concretizam as ações voltadas à natureza pelo aluno. Essa educação tem que ser realizada em conjunto.

No que se refere à área ambiental, há muitas informações, valores e procedimentos que são transmitidos à criança pelo que se faz e se diz em casa. Esse conhecimento deverá ser trazido e incluído nos trabalhos da escola, para que se estabeleçam as relações entre esses dois universos no reconhecimento dos valores que se expressam por meio de comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 1998d, p. 25).

Sabemos que antes mesmo de chegar à idade escolar, as crianças adquirem conhecimentos ambientais, seja através de TV, rádio, livros, amigos, familiares, revistas ou até mesmo pela Internet. Por isso faz-se necessário que o profissional docente estabeleça relação entre conhecimento anteriormente adquirido e o conhecimento científico aplicado em sala de aula para facilitar a assimilação, correlação e aprendizagem. Para formarmos cidadãos críticos, reflexivos diante da realidade, para que possa distinguir o que é certo e o que está errado diante da natureza, o que é interesse político e o que realmente é necessário para a sociedade. E do ponto de vista metodológico o professor deve desempenhar suas habilidades para no processo de ensino-aprendizagem expor as temáticas e abusar da criatividade para, tornando a aula prazerosa e que realmente proporcione conhecimento aos alunos.

3. OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: SOBRE A ABORDAGEM PROPOSTA PARA O MEIO AMBIENTE.

Os PCN consistem na proposta curricular brasileira que busca servir de base para o desenvolvimento das práticas educativas na Escola. Nesse sentido, este capítulo procura fazer uma análise do PCN de geografia, que de um modo geral oferece orientação de como o professor deve manter o desempenho dessa disciplina em sala de aula. Enfatizando a abordagem de meio ambiente que este documento aponta para o desenvolvimento na sala de aula.

Compreender este é de suma importância para poder assim investigar como este ensino se efetiva no Brasil, aqui na particularidade da Escola Cecília Estolano Meireles. Sendo assim aqui analisaremos as propostas da Geografia, estabelecidas nos PCN, para o ensino de meio ambiente.

3.1– Uma breve reflexão sobre o PCN de Geografia do 1º Segmento do Ensino Fundamental

O PCN de geografia aponta possibilidades para trabalhar as questões ambientais em sala de aula, oferece maneiras específicas para alunos que estão iniciando sua vida escolar e orientam meios e ferramentas essenciais à obtenção de bons resultados frente à educação. Oferece uma abordagem sistemática, que visa facilitar o processo de ensino-aprendizagem de forma gradual e evolutiva, acompanhando o desenvolvimento do aluno. Em outras palavras, respeitando seu amadurecimento escolar. O ensino de Geografia por sua vez, dependendo da postura do docente, juntamente com a Escola, pode suscitar nesse aluno um olhar diferente do mundo em sua volta, segundo o referido documento:

O estudo de Geografia possibilita, aos alunos, a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas, em relação aos valores humanos ou à natureza, têm consequências — tanto para si como para a sociedade. Permite também que adquiram conhecimentos para compreender as diferentes relações que são estabelecidas na construção do espaço geográfico no qual se encontram inseridos, tanto em nível local como mundial, e perceber a importância de uma atitude de solidariedade e de comprometimento com o destino das futuras gerações. (BRASIL, 1998a, p. 76):

Dessa forma fica evidente a necessidade de trabalhar questões ambientais em sala de aula, para construir cidadãos críticos, mostrando a realidade onde estão inseridos, essa que lhes pertence, e que precisam conhecer de forma efetiva para tornarem-se responsáveis e comprometidos em adotar posturas conscientes frente a esses assuntos. Começando assim a atuar na sua própria realidade.

Tal abordagem visa favorecer também a compreensão, por parte do aluno, de que ele próprio é parte integrante do ambiente também agente ativo e passivo das transformações das paisagens terrestres. Contribui para a formação de uma consciência conservacionista e ambiental, na qual se pensa sobre o ambiente não somente em seus aspectos naturais, mas também culturais, econômicos e políticos. (BRASIL, 1998a, p. 78)

Nisso os PCN indicam que a formação ambiental do aluno não seja limitada, mas que entenda a complexidade que estas questões envolvem, assumindo assim uma postura política e social, Partindo das particularidades encontradas em sua localidade, para estabelecer conexões e facilitar o entendimento do aluno, que por sua vez pode expressar o conhecimento que detém sobre o assunto, participando de forma efetiva da construção do conhecimento, utilizando assim suas experiências.

O PCN de Geografia está dividido em dois ciclos para melhorar a abordagem e compreensão do aluno, no primeiro ciclo ele aponta a importância de abordar a temática de acordo com a faixa etária do aluno, já que os mesmos não dominam efetivamente a leitura e a escrita, estão praticamente iniciando a vida escolar e suas relações com meio social é restrito e, basicamente, afetivo. Nessa fase o aluno se apresenta de forma imatura para questões de maior complexidade. Para esse ciclo o PCN de Geografia tem como principais objetivos:

- Reconhecer, na paisagem local e no lugar em que se encontram inseridos, as diferentes manifestações da natureza e a apropriação e transformação dela pela ação de sua coletividade, de seu grupo social;
- Reconhecer a importância de uma atitude responsável de cuidado com o meio em que vivem, evitando o desperdício e percebendo os cuidados que se deve ter na preservação e na manutenção da natureza. (BRASIL, 1998a, p. 89).

Tais objetivos evidenciam a importância e a necessidade de expor temas que tenham como objetivo conservar o meio ambiente, que vão desde reduzir o consumo, reaproveitar, reciclar até o uso de energia solar, produtos biodegradáveis, etc. Ressaltando a participação do aluno acerca dos assuntos trabalhados, para a formação do cidadão crítico que exerce de

forma consciente a sua cidadania e que luta pela melhoria de qualidade de vida em sociedade. Isso se torna possível a partir do conhecimento adequado sobre as características que a sociedade apresenta.

No segundo ciclo, entende-se que os alunos já apresentam familiaridade com a escola, possuem mais autonomia diante das atividades, maior compreensão sobre os assuntos mais complexos, domínio da leitura e da escrita o que permitem que possam consultar outras fontes de informação a exemplo da internet e, por fim, podem se expressar melhor por meio de trabalhos mais complexos como seminários e maquetes. Podendo o professor abordar temas de caráter mais abrangentes de realidades diferentes.

Assim os temas relacionados ao meio ambiente apresentam nesse segundo ciclo características mais complexas que necessitam de maior compreensão, permitindo que os alunos conheçam o tamanho das consequências de suas atitudes bem como prejuízos e benefícios. É preciso construir na mente de cada aluno que suas atitudes desenvolvidas em ambiente local podem afetar diversas localidades muito distantes e conseqüentemente o mundo como um todo. Neste ciclo são colocados como objetivos:

- Conhecer e compreender algumas das consequências das transformações da natureza causadas pelas ações humanas, presentes na paisagem local e em paisagens urbanas e rurais;
- Conhecer e compreender algumas das consequências das transformações da natureza causadas pelas ações humanas, presentes na paisagem local e em paisagens urbanas e rurais; (BRASIL, 1998a, p. 95- 96).

Assim procura-se contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, com cidadãos exercendo a verdadeira cidadania de forma consciente e responsável. Pois a educação consiste em um dos principais meios para a formação de um mundo melhor, por assim dizer.

O professor de Geografia pode tornar suas aulas mais produtivas e interessantes na medida em que desperta situações que problematizem os diferentes temas, estes interesses podem ser gerado por meio de debates, nos quais cada aluno possa expor a sua ideia, utilizando, sempre que possível, recursos didáticos diferentes, atividades lúdicas, com jogos, aulas de campo, entre outras, mas sempre apresentando domínio do assunto e metodologia específica para cada nível escolar com a finalidade de facilitar o processo de ensino aprendizagem.

Desde o primeiro ciclo é importante que os alunos conheçam alguns procedimentos que fazem parte dos métodos de operar da Geografia. Observar, descrever, representar e construir explicações são procedimentos que podem aprender a utilizar, mesmo que ainda o façam com pouca autonomia, necessitando da presença e orientação do professor. (BRASIL, 1998a, p. 87).

Através desses procedimentos o aluno participa de forma efetiva e concreta do saber, analisa, descreve e aprende que ele é peça fundamental na construção do conhecimento e de todo o processo de ensino e aprendizagem. Para mais adiante entender que também pode ser autor de novas descobertas e novas possibilidades.

3.2 Uma discussão sobre a noção/conceito de meio ambiente

O conceito de meio ambiente ainda é termo de discussão, como já foi afirmado. Ele vem sendo construído e trabalhado a partir de um olhar específico de cada grupo social, de como o grupo percebe o seu ambiente, além das entidades científicas. Para trabalhar esse conceito, com mais eficácia, é preciso que o professor se adeque a realidade vigente no seu âmbito de trabalho e a importância que o termo possui para sua comunidade.

O PCN de Meio Ambiente, (BRASIL, 1998d, p. 26) conceitua este como: “[...] um espaço (com seus componentes bióticos e abióticos e suas interações) em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o.”. Aponta que a estratégia didática para melhor estudar esse tema é identificando cada subsistema que existe para a posteriori compreendê-lo como um todo. No caso desse conceito apontar cada elemento, sua relação com o outro e o resultado dessa interação no meio ambiente. A forma mais adequada para iniciar a abordagem de meio ambiente é começar pelos ecossistemas, dos mais simples aos mais complexos para depois definir suas interações, funcionamento e equilíbrio.

Depois de entender tudo isso a criança passa a compreender os males que são causados a natureza pelas atitudes irresponsáveis do homem e a consequência que cada uma delas terá no ecossistema, ou seja, no todo. Um exemplo disso é a poluição ar que é prejudicial à saúde humana, que contribui para o aumento do efeito estufa, aumentando a temperatura da Terra, que conseqüentemente vai interferir no equilíbrio de outros ecossistemas.

Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004, s/p), define meio ambiente como: “Conjunto dos agentes físicos, químicos e biológicos e dos fatores sociais susceptíveis de exercerem um efeito direto ou mesmo indireto, imediato ou a longo prazo, sobre todos os seres vivos, inclusive o homem.”

É um conceito bastante abrangente do ponto de vista metodológico. Faz relação com o tempo, onde podemos abordar as mudanças ocorridas ao longo deste, para podermos relacionar e até mesmo comparar com as vivenciadas atualmente a exemplo de alterações climáticas, formações geológicas, fenômenos naturais e sua abrangência, efeito estufa e etc. Evidenciando sempre sua relação com a sociedade e vice-versa. Isso permite com que os alunos analisem e reflitam sobre as mudanças ocorridas, cada olhar sobre a temática possui um diferencial que contribui para um olhar mais completo diante do assunto.

A Lei nº 6938 de 31 de agosto de 1981 da Política Nacional de Meio Ambiente, em seu Art. 3º que estabelece que: “Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Nesse conceito destacam-se as condições, as leis, normas, influências e regras existentes no meio ambiente, mostrando a importância que cada uma delas possui na manutenção da vida em geral. Evidencia o elo que uma mantém com a outra para o equilíbrio da vida na natureza em todas as formas, das mais simples as mais complexas regendo a manutenção das espécies. E no que diz “obriga” refere-se à necessidade indispensável de preservar, não alterar, não destruir essas interações essenciais à vida.

Para Godard o conceito de meio ambiente está dividido entre dois polos que estão diretamente ligados.

É nítido então que o conceito de meio ambiente oscila entre dois polos: o polo fornecedor de recursos e o polo meio de vida, duas faces de uma só realidade. Ambiente não se define “somente como um meio de defender, a proteger, ou mesmo a conservar intacto, mas também como um potencial de recursos que permite renovar as formas materiais e sociais do desenvolvimento”. (1980, p.7 apud SÁNCHEZ 2008, p. 21).

Esse conceito apresenta uma abordagem mais complexa do que é meio ambiente, este permite que o professor enfoque em suas atividades escolares o uso racional dos recursos naturais essenciais à vida humana. Questionar o consumismo e suas consequências, escassez de alguns recursos e até mesmo sua extinção. Utilizando esse conceito é possível instigar e despertar a postura cidadã dos alunos e criar novas alternativas frente ao assunto.

Fica evidente que para cada abordagem sobre meio ambiente existe um conceito adequado, o mesmo profissional pode utilizar os mais distintos conceitos para cada situação trabalhada. Adequando-as de acordo com os temas, relacionando-os e fazendo conexões com a temática escolhida para promover a aprendizagem de forma sólida e eficaz.

Mas devemos ressaltar que, o conceito de meio ambiente para ser trabalhado em sala de aula deve atender de maneira geral todas as situações acima expostas para uma melhor compreensão, mesmo que num primeiro momento pareça complexo. Permitindo que o aluno conheça os mais diversos conjuntos de sistemas, atitudes, regras, interações e transformações ocorridas nele. Diante do exposto, podemos dizer que meio ambiente pode ser entendido como um conjunto de agentes químicos, físicos, biológicos, fatores sociais, influências e interações essenciais à manutenção da vida de forma geral, leis, normas e regras que regulam sua utilização e preservação.

Isso contribui para o ensino de educação ambiental, favorecendo uma postura geográfica, possibilitando nos alunos uma postura crítica diante das suas atitudes, não correndo o risco de ficarmos inertes frente às questões que permeiam a Educação Ambiental. O bom professor de Geografia deve se manter atualizado, bem informado, acompanha as mudanças ocorridas no meio em que habita, se preocupa com o bem-estar social, refletir sobre suas atitudes, assim como qualquer outro cidadão, fazendo seu papel na sociedade.

A Geografia é uma disciplina presente e dinâmica, entre as suas áreas de estudo, aborda o meio ambiente, mas para se efetivar é preciso à existência de profissionais atuantes e que tenha uma postura política e social, lhe tirando do papel. O PCN de geografia fornece orientações didáticas voltadas ao ensino do tema transversal de meio ambiente. Aponta possibilidades de trabalhar esses temas com crianças do primeiro ao quinto ano, por meio, principalmente, de métodos de observação e leitura da paisagem entre outros. Esse parâmetro evidencia que:

[...] é possível trabalhar com esse campo do conhecimento de forma mais dinâmica e instigante para os alunos, mediante situações que problematizem os diferentes espaços geográficos materializados em paisagens, lugares e territórios, que disparem relações entre o presente e o passado, o específico e o geral, as ações individuais e coletivas, e promovam o domínio de procedimentos que permitam aos alunos “ler” a paisagem local e outras paisagens presentes em outros tempos e espaços. (BRASIL, 1998a, p.101).

O citado documento mostra que o ensino de geografia hoje em dia é realizado basicamente por meio de leitura de textos encontrados nos livros didáticos e por meio de aulas

expositivas e por isso chama a atenção dos professores para desenvolverem aulas mais dinâmicas e interativas, “prendam” a atenção dos alunos e que retirem de vez esse rótulo de “aula enfadonha, cansativa e meramente decorativa”. Porque o ensino de geografia não pode ser direcionado apenas a obtenção de notas avaliativas e sim na formação do ser social, que se preocupe com a realidade social e que exerça a cidadania.

No que se refere à leitura da paisagem ressalta duas formas de desenvolver, que são: direta e indiretamente. Para a forma direta aponta a observação da paisagem em sua volta, levando os alunos a identificar elementos presentes em seu dia-a-dia, como a sua casa, escola, praça, árvores, prédios, carros, pontes etc. E para a forma indireta menciona que o professor pode levar fotografias, revistas, jornais e até mesmo pedir para os alunos levarem imagens e recortes de casa para a escola (BRASIL, 1998a). O PCN mostra a necessidade de ampliar constantemente as metodologias de ensino para essa fase com a utilização de obras literárias, músicas regionais, entrevistas ou relatos de pessoas daquela localidade. Dessa forma aponta que:

A leitura da paisagem por meio de identificação de suas estruturas auxilia também a perceber que muitos problemas enfrentados no bairro, na cidade, no campo, no município e em outras paisagens são resultados de ações. Quando se compara uma paisagem rural de agricultura comercial em confronto com outra agricultura ecológica, rios poluídos ou não, grandes e pequenas cidades, pode se ver e avaliar os resultados dessas ações pois estão impressos na paisagem. (BRASIL, 1998^a, p. 101).

Assim fica em evidência um leque de possibilidades que permite trabalhar a paisagem, através da identificação de mudanças ocorridas ao longo do tempo por meio de fotos, poluição, desmatamento e novas construções urbanas por exemplo. Já com a utilização do método de explicação e interação com os alunos, o PCN afirma que a geografia por ser uma ciência que estuda a relação da sociedade com a natureza deve proporcionar a interação do aluno com a temática por meio de debates, perguntas e respostas e explicações (BRASIL, 1998). Para promover um processo de aprendizagem de qualidade, com a participação dos alunos durante todo este.

O PCN de Geografia (BRASIL, 1998a, p. 103) enfoca que esta disciplina se apresenta “como uma ciência social, porém com especificidade de trabalhar a sociedade e a natureza; a análise torna-se complexa, pois deve explicar como a sociedade guarda níveis de interações que lhes são específicas internamente”.

O professor de geografia por sua vez promove a compreensão das interações dos fatos na sociedade explicando os porquês dos fatos e responder os porquês levantados pelos alunos diante dos assuntos, relacionando sempre aos acontecimentos, suas características, causas e consequências, assim facilitando o entendimento. Temos como exemplo o crescimento urbano que conseqüentemente aumenta o consumo, que por sua vez aumenta a produção de lixo e o descarte inadequado, que muitas vezes polui as águas, estas se tornam impróprias para o consumo, a retirada da vegetação, a impermeabilidade do solo entre outros.

O referido parâmetro evidencia que não se pode desvincular territorialidade e extensão para trabalhar as formas de interações entre sociedade e natureza. Pois o território é a base física e material da paisagem enquanto que a extensão é utilizada como forma de delimitar ou impor fronteira (BRASIL, 1998a). É nessa abordagem que o profissional docente deve utilizar os mais variados mapas temáticos e instigar seus alunos para conhecer, tocar e identificar os assuntos em questão.

Para a exposição de conteúdos o citado PCN enfoca também à utilização de “analogias” que segundo o dicionário Aurélio significa “comparações, semelhanças, relações e ligações entre fenômenos”, estas teria, o objetivo de facilitar a abordagem e explicações de diferentes paisagens e conseqüentemente o reconhecimento das mesmas pelos alunos (BRASIL, 1998). Fazendo, por exemplo relações com o clima e relevo que auxiliem na assimilação dos fatos abordados.

Por fim aponta a representação do espaço no estudo de geografia, esse que por sua vez é ao mesmo tempo noção e categoria. Noção no sentido estrutura mental e categórico como objeto de estudo desta disciplina. Com isso o autor afirma (BRASIL, 1998a, p. 103) que:

A aquisição da noção de espaço é um processo complexo e progressivo de extrema importância no desenvolvimento das pessoas. Não se pode consolidá-la, portanto, apenas por meio de um processo que parte de noções simples e concretas para as mais abstratas, como se sua aquisição fosse linear e monolítica [...]

Isso significa dizer que há diversas maneiras de construir essa noção, ela permeia praticamente em todas as áreas do conhecimento, cada uma de acordo com o tema abordado, fazendo com que essas experiências vividas pelos alunos contribuam significativamente para a construção de uma noção espacial, que posteriormente podem se tornar mais abrangente e complexa. O professor deve sempre considerar as ideias exteriorizadas pelos alunos sobre representação do espaço, para a partir daí problematizar essas representações, criando

legendas, esclarecendo direções e orientações, enfatizando distância entre pontos, afim de promover uma leitura da representação espacial de forma consolidada no estudo de geografia.

3.3 Sobre as propostas para avaliação da aprendizagem no primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental

Avaliar o desempenho do aluno é algo fundamental e indispensável na vida escolar, é por meio dela que o professor identifica o desempenho e o nível que o aluno se encontra, para posteriormente traçar novos métodos, objetivos e até mesmo mudar suas estratégias de ensino em busca de bons resultados.

Os PCN colocam pontos a serem atingidos ao final de cada ciclo, que serve de base para o professor reconhecer se suas metas foram realmente alcançadas. Nisso o primeiro ciclo, que compreende ao ensino fundamental I, tem como objetivos:

- Reconhecer algumas manifestações da relação entre sociedade e natureza presentes na sua vida cotidiana e na paisagem local;
- Reconhecer e localizar as características da paisagem local e compará-la com as outras paisagens;
- Ler, interpretar e representar o espaço por meio de mapas simples. (BRASIL, 1998 d, p. 98).

Para avaliar o desempenho no segundo ciclo evidencia um maior nível de compreensão por parte dos alunos com o objetivo de adotar medidas de abordagens mais complexas que precisam de uma elevada compreensão a cerca dos assuntos. Para esse ciclo o PCN (BRASIL, 1998 d, p. 99) coloca como métodos avaliativos as seguintes questões:

- Reconhecer e comparar os elementos sociais e naturais que compõe as paisagens urbanas e rurais brasileiras, explicando alguns dos processos de interação existentes entre elas;
- Reconhecer semelhanças e diferenças entre os modos de vida das cidades e do campo;
- Reconhecer o papel das tecnologias, da informação, da comunicação e dos transportes na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade.

Com esses critérios, almeja-se avaliar se o aluno é capaz de identificar quais as características que cada situação apresenta, para que possa compreender o funcionamento da paisagem de forma dinâmica em sua volta, para desenvolver atitudes conscientes, planejadas e direcionadas a melhoria de todos. O conhecimento nos fornece subsídios para que possamos

modificar as ações desenvolvidas no meio ambiente, refletindo sobre cada relação estabelecida entre o homem e a natureza para torna-la cada vez mais harmoniosa e equilibrada. Estas ações tornam possível a obtenção de bons resultados nessa temática transversal de meio ambiente, falando de nossa casa, de nossas atitudes, nos colocando como parte integrante dessa abordagem. Por isso, ficou evidente a necessidade de buscar conhecer de fato como é realizado este trabalho na escola pública, para conseguir identificar se os alunos estão ou não sendo preparados para desenvolverem a postura ambiental, que por sua vez é uma responsabilidade de todos os cidadãos quem vivem em sociedade.

4. SOBRE A CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE DOS PROFESSORES DO 1º SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE CAJAZEIRAS - PB

Para se ter um ensino eficaz, não importa a área do conhecimento, é importante que o docente tenha domínio sobre os conhecimentos específicos e os conhecimentos didáticos. Isso também concerne ao ensino do tema transversal meio ambiente. Nisso neste capítulo faremos uma análise da abordagem da seguinte temática: Educação ambiental no ensino de Geografia do primeiro segmento escolar, na Escola Cecília Estolano Meireles. Para tal analisaremos os questionários aplicados com os professores desse segmento da referida escola, que foram obtidos por meio de uma pesquisa de campo, que teve como objetivo identificar como os professores trabalham esse tema transversal tão importante atualmente em sala de aula.

4.1 – Sobre o universo de pesquisa: algumas palavras

Essa pesquisa tem como justificativa investigar na realidade da sala de aula, o que foi discutido teoricamente, que é o desenvolvimento do ensino do tema meio ambiente nas salas de aulas do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). Visando assim contribuir ainda mais para as discussões que existem em torno dessa temática, buscando assim melhorar o ensino desta. Além do interesse pessoal que desenvolvi por este tema durante toda formação acadêmica, acreditando assim que irá contribuir para um melhor desempenho profissional tanto como professora, futuramente, como para o cargo efetivo de Agente Ambiental que exerço na Secretaria de Meio Ambiente da cidade de Cajazeiras - PB. Pois sempre demonstrei afinidade por temas relacionados ao meio ambiente. Despertam a minha curiosidade para tentar compreender o seu funcionamento e os diversos tipos de modificações ao longo do tempo com a finalidade de poder contribuir de alguma forma com a sua recuperação, proteção e até mesmo com a conscientização ambiental despertadas nas pessoas do meu convívio.

Os questionários aplicados continham seis perguntas subjetivas sobre o tema, além da identificação do entrevistado. Estes foram entregues aos docentes no dia 25 de agosto de 2014, pelo turno da manhã, permitindo que os professores levassem para casa, com o intuito de que os mesmos pudessem refletir e pensar durante as respostas. A instituição de ensino escolhida foi a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cecília Estolano Meireles (Ver foto 01), situada a Rua Raimundo Leite Rolim, Bairro Casas Populares em Cajazeiras – PB. A mesma foi construída no governo de João Agripino Filho, entre os anos 1962 e 1970,

no mesmo momento em que a CEHAP (Companhia Estadual de Habilitação Populares) estava construindo as Casas Populares, que encontram-se no entorno da Escola. A construção desta escola tinha como objetivo atender aos filhos dos moradores, do referido bairro, em idade escolar, recebendo o nome de Escola de 1ª grau Arsênio Rolim Araruna, funcionando com apenas duas salas de aula.

As professoras que prestavam serviços à unidade escolar contavam com a colaboração do agrupamento de Engenheiros do batalhão, que tinha sede nesta cidade, na questão do transporte, como o bairro era recém-construído não tinha ligação com a cidade no que diz respeito a transporte coletivo, dificultando o acesso dos professores. Na gestão do prefeito Dr. Eptácio Leite Rolim, o secretário de educação, in memoriam, o Monsenhor Vicente Freitas apresentou o projeto a câmara municipal solicitando a mudança de nome para o atual, em homenagem a uma professora de Cajazeiras, porém a mudança aconteceu somente na administração do ex- prefeito Francisco Matias Rolim, provavelmente entre os anos de 1975 e 1976, passando a se chamar grupo Escolar Cecília Estolano Meireles.

No entanto, somente no ano de 1990 através do Decreto Nº 6441/90, Prefeito municipal de Cajazeiras Antônio Vituriano de Abreu, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 1º e 2º, parágrafo único, da Lei Nº 957190, de 30 de Junho de 1990 cria a Escola municipal de 1ª grau Cecília Estolano Meireles, que a parti desta data passa a existir de forma legal e oficial, mais tarde no ano de 2002 recebe a seguinte designação Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cecília Estolano Meireles.



Foto 01: Escola Cecília Estolano Meireles.
Fonte: Vanisse Rolim Vieira Silva, 2014.

O bairro onde a referida escola está situada vive um processo acelerado de urbanização e crescimento populacional, devido principalmente ao surgimento de grandes loteamentos em seu entorno, onde já é possível visualizar diversas novas moradias. O que por sua vez desencadeou e agravou diversos problemas ambientais como: desmatamento, maior produção de lixo, poluição visual, compactação e impermeabilidade do solo, rede de esgoto precária, falta d'água, entre outros.

O corpo docente dessa escola apresentou cordialidade e respeito frente a essa pesquisa, aparentemente se relacionam bem e interagem sempre que possível para a melhoria do ensino na instituição, o que me deixou muito animada com o resultado. Ao todo cinco professores participaram da pesquisa, sendo que dois lecionavam na mesma série (o primeiro ano), os demais em cada série: segundo, terceiro e quarto ano. E que doravante iremos chamar de P1, P2, P3, P4 e P5, respectivamente. Assim a seguir será feita a análise das respostas obtidas no questionário.

4.2 Uma análise da percepção de Meio Ambiente dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cecília Estolano Meireles.

O questionário tinha como primeira pergunta o seguinte: O que você entende por meio ambiente? Nessa questão tínhamos como objetivo identificar qual era a concepção de meio ambiente em cada professor, para daí por diante analisarmos de que forma essa concepção era trabalhada, pois a partir dessa resposta podemos obter informações a cerca da formação, abordagem e desempenho da temática em sala.

Todos os entrevistados fizeram relação com a natureza, com o natural e com o disponibilizado pela natureza. Tais respostas, podemos dizer que, sinalizam uma visão bem limitada sobre o tema. A exemplo disso, temos as seguintes respostas apresentadas pelos professores P1 e P2 respectivamente.

“Meio ambiente é o conjunto de todas as influências naturais que nos cercam, envolvem toda a vegetação, animais, microorganismos, solo, rochas, atmosfera e os fenômenos naturais”.

P1

“Meio ambiente é tudo que está em nossa volta e que é oferecido pela natureza, condicionando-nos a uma vida saudável e harmônica”. P2

Nesta perspectiva Carvalho (2012, p. 35) afirma que:

Quando falamos em meio ambiente, muito frequentemente essa noção evoca as ideias de “natureza”, “vida biológica”, “vida selvagem”, “flora e fauna”. Tal percepção é reafirmada em programas de TV como os tão conhecidos documentários de Jacques Cousteau ou do National Geographic e em tantos outros sobre a vida selvagem que moldaram nosso imaginário acerca da natureza. Até hoje esse tipo de documentário serve de modelo para muitos programas ecológicos que formam as representações de meio ambiente pela mídia.

Tal afirmação evidencia a influência que a mídia exerce sobre a visão de meio ambiente das pessoas, mesmo se tratando de profissionais responsáveis pela construção do conhecimento de muitas crianças, que provavelmente no futuro terão essa mesma concepção. Dando continuidade a um modelo de representação distorcida do real sempre ligada ao belo, intocável e ideal. Carvalho também ressalta que:

[...] essa visão “naturalizada” tende a ver a natureza como o mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas, o qual segue vivendo como autônomo e independente da interação com o mundo cultural humano. Quando essa interação é focada, a presença humana amiúde aparece como problemática nefasta para a natureza. (2012, p. 35)

Dessa forma deixa de lado a interação existente entre o homem e a natureza e os valores a ela agregados, resultantes dessa interação, bem como a utilização dos recursos naturais disponíveis que são essenciais à vida humana. Para que a partir daí possamos trabalhar as questões ambientais e facilitar a compreensão por parte dos alunos. Assim destaca que a questão a ser discutida. “Trata-se de reconhecer que, para apreender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais.” (Idem, 2012, p. 38).

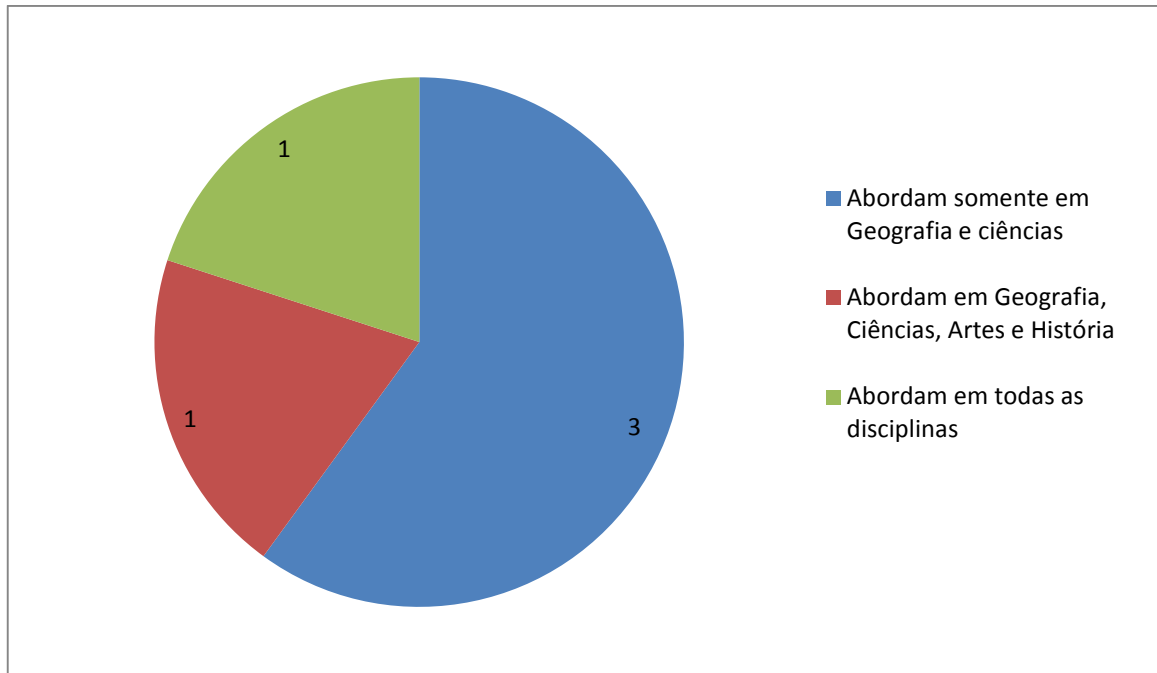
O ideal é promover um novo olhar a cerca do tema meio ambiente, ajudando o aluno a perceber a peculiaridades existentes nessas questões, para que posteriormente o aluno venha a desenvolver atitudes adequadas e conscientes frente à realidade em que se encontra inserido, visando sempre à melhoria e o aumento da qualidade de vida, que é o principal foco na Educação Ambiental.

A segunda pergunta feita foi: Em quais disciplinas você aborda a temática ambiental?

Essa questão tinha como objetivo identificar em quais disciplinas, que cada professor aborda a temática ambiental, para facilitar a interpretação da transversalidade acerca das discussões.

Analisando os discursos dos professores P1, P2 e P3, responderam que abordam as temáticas somente nas disciplinas Geografia e Ciências, enquanto que os entrevistados P4 afirmou trabalhar essa temática em diversas disciplinas como: Artes, História, Geografia e Ciências, e P5 afirmou que abordam a temática aqui trabalhada em todas as disciplinas. Como podemos ver no gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01: Disciplinas em que abordam a temática ambiental



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos nos questionários, 2014.

Nesse gráfico é possível visualizar que 60% dos entrevistados veem a temática ambiental diretamente ligada às disciplinas de Geografia e Ciências, o que mostra uma ausência de conhecimento necessário sobre a transversalidade apresentada pelo tema. Deixando de lado a oportunidade de abordar temas do cotidiano do aluno nas diversas disciplinas, o que gera uma grande perda de conhecimento sobre os problemas enfrentados em sua localidade. Isto poderia proporcionar aos alunos diversos cenários apresentados pelos temas locais, efetivando cada vez mais uma aprendizagem de qualidade e melhorando o ensino no nosso país.

Para Carvalho (2012, p. 20), essa prática apresenta uma notória visão limitada e de pouca precisão para trabalhar temas transversais como a Educação Ambiental, no qual diz que:

Uma das consequências do debate epistemológico que acabamos de apresentar é a percepção de que o conhecimento disciplinar – despedaçado, compartimentalizado, fragmentado e especializado – reduziu a complexidade do real, instituiu um lugar onde conhecer é estabelecer poder e domínio sobre o objeto conhecido, impossibilitando uma compreensão diversa e multifacetada das inter-relações que constituem o mundo da vida.

Da mesma forma podemos usar o exemplo de um médico especializado em determinada área do corpo humano, que mesmo detendo conhecimento necessário em sua área, precisa compreender o funcionamento de todo o corpo e, principalmente, como se

relacionam com sua área específica. Do mesmo modo acontece com o ensino, quando ingressei no curso de Licenciatura me deparei com a existência de outras disciplinas que não eram específicas da Geografia em seu currículo e aprendi que cada uma delas contribuiu de alguma forma para minha aprendizagem. Por que não trabalharmos temas aparentemente “específicos” da Geografia em outras áreas? Vejo que depois de tanto me debruçar sobre os livros para a realização desse trabalho é possível enriquecer essa temática nos diversos campos de conhecimento.

A terceira questão pergunta o seguinte: Quais as temáticas ambientais são abordadas em sala?

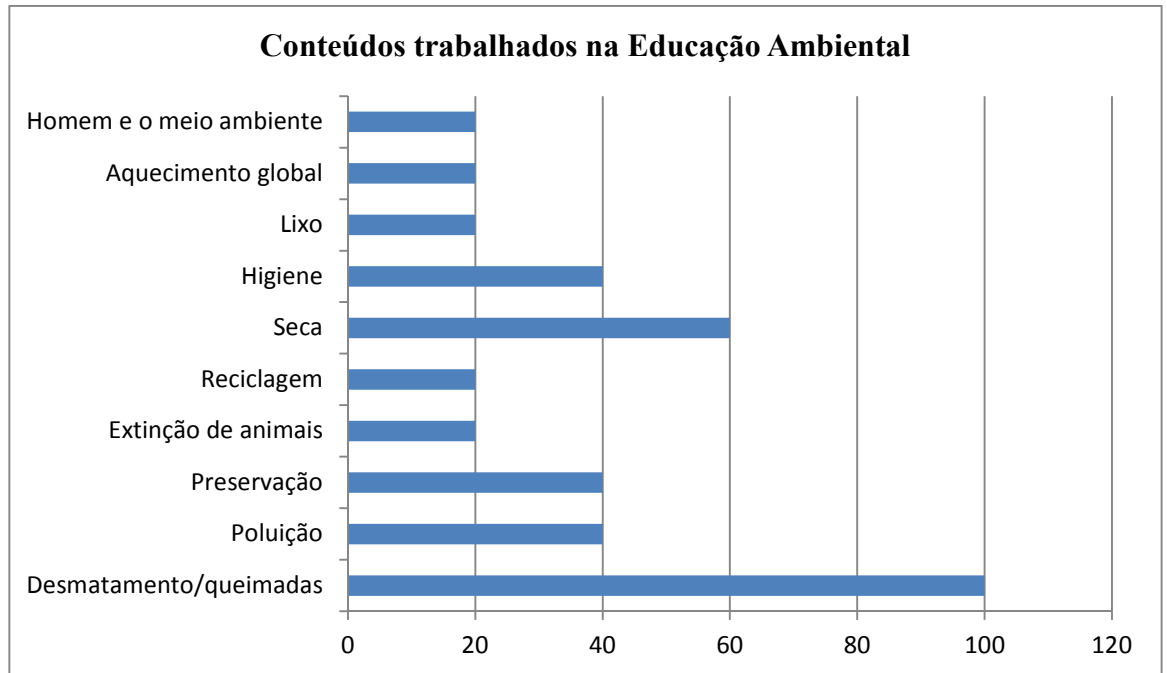
Nessa questão queríamos mais uma vez analisar a dimensão que o tema transversal de meio ambiente apresentava durante sua abordagem, a fim de obter informações a cerca de sua especialidade e configuração no desempenho profissional de cada docente. Alguns relataram que:

“As temáticas relacionadas ao meio ambiente são: desmatamento, poluição, preservação, etc.” P2.

“O desmatamento, poluição da água, dos rios, do ar, aquecimento do planeta e escassez de água”. P3

Para um maior detalhamento, configuramos o seguinte gráfico que apresenta os diversos temas relacionados à temática trabalhada em sala de aula.

Gráfico 02: Conteúdos trabalhados nas aulas de Educação Ambiental



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos nos questionários, 2014.

Fica evidente a questão ambiental trabalhada em sala basicamente sobre os seguintes temas: desmatamento, queimadas e a seca. Agravando o processo de ensino-aprendizagem de Educação Ambiental, negligenciando os demais temas que compõem esse estudo e provocando um conhecimento restrito para os alunos. Mais uma vez, colocamos que esses temas devem possuir maior abrangência na medida em que o aluno demonstra um grau elevado de maturidade.

Já na quarta questão foi perguntado: como você aborda o meio ambiente nas aulas de Geografia?

Essa questão apresenta como finalidade identificar a metodologia empregada por cada professor e a utilização dos recursos didáticos. Para avaliar de que forma esses temas são abordados em sala de aula.

Quase todos responderam que a abordagem do tema se dá através da observação, utilização de vídeos educativos, brincadeiras, artesanato e aulas expositivas. O professor P1 destacou uma gama de ferramentas didáticas que o mesmo utiliza em sala, respondendo da seguinte maneira:

“abordo com temas informativos, atividades lúdicas, gravuras a respeito dos assuntos relacionados ao meio ambiente: biodiversidade, poluição ambiental, educação sanitária, trabalho através de jogos, dinâmicas, desenhos e vídeos”.

Isso mostra a disponibilidade dos diversos recursos didáticos utilizados durante a aula, que permitem uma melhor abordagem dos temas, tornando as aulas mais prazerosas e

criativas, proporcionando mais condições de despertar o interesse do aluno para a temática. É necessário que estes assuntos sejam abordados em sua complexidade aliados a uma boa metodologia. Pois a partir do conhecimento aprofundado sobre as causas poderemos compreender melhor as consequências. Para formarmos cidadãos é preciso ir além dos muros da escola, é preciso identificar os desafios, o que a comunidade apresenta sobre a educação ambiental e desenvolver práticas voltadas à solução que somente é alcançada com atitudes desenvolvidas pelo verdadeiro cidadão. Para Carvalho (2012, p.156):

[...] a prática educativa é processo que tem como horizonte formar o sujeito humano enquanto ser social e historicamente situado. Segundo tal perspectiva, a educação não se reduz a uma intervenção centrada no indivíduo, tomado como unidade atomizada e solta no mundo. A formação do indivíduo só faz sentido se pensada em relação com o mundo em que ele vive e pelo qual é responsável. Na E.A. esta tomada de posição de responsabilidade pelo mundo em que vivemos, incluindo aí a responsabilidade como outros e com o ambiente.

Esta ideia corrobora com as questões apontadas pelos PCN, que é justamente a de se adequar à realidade do aluno para melhor compreensão das questões ambientais e conseqüentemente a formação do cidadão crítico. Assim, fica notória a falta de conhecimento das propostas lançadas pelos PCN pelos docentes, isso também será discutido mais adiante.

A quinta questão analisada é a seguinte: A temática ambiental está presente na proposta do Projeto Pedagógico da Escola? Como?

Essa pergunta foi realizada com o objetivo de identificar a verdadeira preocupação na escola com as temáticas ambientais e de que forma ela direciona a realização desse trabalho. Nela 100% dos entrevistados responderam que a temática ambiental está presente no documento, mas quando justificaram de que forma se encontra muitos voltaram à ideia de preservação, projetos de reciclagem e criação de horta na instituição cerca de 80%. Só que o professor P1 assim identificado apresentou a seguinte resposta:

“A nossa proposta está baseada nos PCN que trabalha a flexibilidade e o respeito às diferenças pedagógicas, ou seja os temas transversais”.

Resposta essa bastante coerente com os PCN, como já foi dito anteriormente, que o tema transversal de meio ambiente deve respeitar o grau de maturidade do aluno para uma melhor aprendizagem e que deve se adequar as particularidades de cada localidade com o intuito de facilitar a compreensão por parte dos alunos daquilo que os cercam. É por meio

dessa flexibilidade que cada profissional pode e deve se adequar a realidade de onde está inserido, escolher junto com a escola temas de maior relevância para trabalhar em sala com o intuito de contribuir com a melhoria da qualidade de vida em sua comunidade. Entretanto por meio das respostas dos demais, nota-se os outros parecem desconhecer o documento acima citado. Ficam assim as contradições.

Na sexta e última questão foi perguntado: Durante sua formação, foi preparado para trabalhar as questões ambientais em sala? Como?

Sabemos da importância que tem uma formação profissional de qualidade, viemos por meio desse questionamento, analisar as características da formação que cada professor apresenta a fim de relacionar com o seu desempenho ou mesmo justificar suas atitudes em sala. Ressaltando sempre que a docência por natureza necessita de uma formação continuada, aperfeiçoamentos e de busca incessante por novos conhecimentos.

Obtive a seguinte resposta: Não, por 60% dos entrevistados. Provavelmente pelo fato de ambos terem mais de quinze anos de magistério, fato esse que praticamente coincidem com o surgimento dos PCN no país, e que sinalizam a falta de uma formação continuada. Porém afirmaram que buscam por conta própria sempre estudar sobre os assuntos a serem trabalhados em sala. Como podemos observar na resposta de p2:

“Não, não me lembro, mas procuro estudar para executar minhas atividades”.

Já os 40% restantes disseram que possuem formação adequada para a abordagem ambiental e acrescentam exemplificando alguns temas que foram preparados como: saneamento básico, extinção de espécies, queimadas, lixo, clima, preservação e exercício da cidadania.

Por fim destaco que para exercer a profissão de professor é preciso refletir muito sobre essa prática formadora, onde nos deparamos diariamente com sonhos, expectativas e anseios de muitas crianças e adolescentes, não bastando apenas a intensão de ajudar, mas o compromisso de alcançar os objetivos e metas traçados. É preciso buscar ser um bom profissional, que possui um valor inestimável para a sociedade, embora muitas vezes julguem não serem reconhecidos e mesmo assim continuarem perseverantes. E o professor de geografia precisa acompanhar as mudanças ocorridas em sua volta durante toda sua carreira, para de fato formar cidadão na busca incessante de um mundo melhor e mais justo. Objetivo também da Educação Ambiental que segundo Carvalho (2012) é a reciprocidade, o amparo e o reconhecimento de direitos, entre as relações humanas e as condições ambientais, uma

utopia da Educação Ambiental, porém possível, porque já podemos vê-la manifestar-se aqui e ali em experiências concretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, chegamos à conclusão que a abordagem da temática ambiental deve ser uma tarefa bem planejada e bem executada, pois a educação ambiental é algo imprescindível para a manutenção da vida no planeta terra. Sabendo disso é possível compreender a importância da abordagem de tal temática nas diversas áreas do conhecimento, por meio da transversalidade.

Ao longo desse trabalho foi possível identificarmos que muitos professores não possuem conhecimentos adequados acerca desses assuntos, uns por formação profissional defasada, outros por falta de interesse ou informação, o que acarreta uma abordagem superficial e limitada, prejudicando assim o desenvolvimento de uma postura crítico-social por parte dos alunos. O fato é que muitas vezes os profissionais docentes se acomodam ou perdem o interesse por novos estudos, cursos e aperfeiçoamentos, seja por causa dos baixos salários, carga horária de trabalho elevada ou até mesmo pela falta de reconhecimento profissional, fato esse que agrava ainda mais essa abordagem. Sabemos que o conhecimento adequado é uma ferramenta indispensável para uma educação de qualidade, que por sua vez deve se manter atualizada, voltada para a construção do cidadão, preocupada com a consciência ambiental entre outros.

O caso é que nossas crianças são as mais prejudicadas diante desse quadro, elas são as futuras responsáveis pela manutenção da preservação e conservação do meio ambiente. Acreditamos imensamente no poder de transformação que a educação possui, mas para que ela aconteça de verdade é preciso que os professores assumam o compromisso com o seu trabalho, desempenhando diariamente, com precisão e dedicação, uma de suas reais funções, a de educar pessoas para serem cidadãos críticos e atuantes no meio social. Ressaltamos que se cada um fizer sua parte, já estará fazendo muito para o meio ambiente.

Esse trabalho é um espelho de como está a real situação da abordagem ambiental na escola pública, e por isso apresenta sugestões de como trabalhar essa temática, a exemplo da utilização de recursos didáticos, planejamento, metodologias diferentes etc. Para assim solidificar a aprendizagem, formarmos cidadãos críticos frente ao exercício da cidadania e obtermos êxito durante todo o processo de ensino-aprendizagem. Partindo das questões relativas ao meio onde estão inseridos (do local para o global) para mais adiante problematizar e contextualizar as temáticas abordadas, facilitando assim o conhecimento, a assimilação, a identificação dos fatos e a compreensão pelos alunos.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO, **O mini dicionário da língua portuguesa**. 4ª edição revista e ampliada do minidicionário Aurélio. 7ª reimpressão – Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL - **Lei Federal nº 6.938**. Câmara dos Deputados. Brasília: 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em julho de 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394/96- **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em julho de 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental: Geografia e História**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1998 a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>>. Acesso em julho de 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Fundamental (1ª a 4ª série). Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1998 b. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em julho de 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)**. Volume 8: Apresentação dos Temas Transversais e Ética. Ensino Fundamental (1ª a 4ª série). Brasília: Ministério de Educação e Cultura, 1998 c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em julho de 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Ensino Fundamental (1ª a 4ª série). Brasília: MEC/SEF, 1998 d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>>. Acesso em julho de 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Organizadores), **Reformas no mundo da educação – Parâmetros curriculares e geografia**. Editora Contexto. São Paulo. 1999.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CORTELLA, Mario Sérgio. A mídia como corpo docente. In: **Não nascemos prontos!** 10ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental. Princípios e Práticas.** 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico.** 6ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

IBGE. Vocabulário Básico de recursos e meio ambiente. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>>. Acesso em agosto de 2014.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei; Disciplinaridade, transversalidade e interdisciplinaridade. In: _ (Orgs) PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei; **Para ensinar e aprender Geografia.** 3ª edição. São Paulo. Cortez. 2009, p. 111-140.

SÁNCHEZ, L.E. **Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

APÊNDICE

Este questionário visa subsidiar uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras da aluna **Vanisse Rolim Vieira Silva**. A temática do trabalho está relacionada com a Educação Ambiental no Primeiro Segmento do Ensino Fundamental e o lugar do Ensino de Geografia. O trabalho em questão é orientado e supervisionado por mim, **Prof.º Me. Aldo Gonçalves de Oliveira** (matricula 1821755), lotado na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da UFCG.

As perguntas listadas abaixo servirão somente para fins de pesquisa, e em nenhum momento suas respostas serão julgadas como certas ou erradas. Garantimos também o anonimato das respostas.

Agradecemos a sua contribuição!

QUESTIONÁRIO

Dados Pessoais:

Nome do Professor (a): _____

Sexo: () Masculino

() Feminino

Dados profissionais:

Tempo de Magistério: _____

Formação: _____

Instituição: _____

Especialização: _____

Mestrado: _____

1 – O que você entende por meio ambiente?

2 – Em quais disciplinas você aborda a temática ambiental?

3 – Quais temáticas ambientais abordadas em sala?

4 – Como você aborda o meio ambiente nas aulas de geografia?

5 – A temática ambiental está presente na proposta do Projeto Político Pedagógico da Escola, como?

6 – Durante a sua formação, você foi preparado (a) para trabalhar as questões ambientais em sala? Como?
